



Processo Administrativo nº 009/2022.

Requerente: Júnior Jardim

Requeridos: Cristóvão Jackson Pimenta Forte (Juiz de Pista)

João Leite (Vaqueiro – funcionou como Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitações dos Sr. Júnior Jardim, através de denúncia escrita encaminhada para o e-mail da ABVAQ na data de 11.04.2022.

Na denúncia o requerente pleiteia abertura de PA para apuração de possível erro no julgamento do boi do competidor Bernardo Troxão, senha 215, durante a vaquejada do Parque Serra do Porção, na cidade de Ouro Branco/RN.

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, foi requerido encaminhado Notificação à Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ, que solicitasse às imagens da referida apresentação e em seguida providenciasse parecer técnico acerca dos julgamentos questionados, de acordo com as normas contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Na data de 06.07.2022, a Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ emitiu parecer técnico no sentido de os julgamentos, tanto pelo juiz de pista, quanto pela comissão alternativa, foram equivocados, destacando que *"As imagens mostram que o boi não esboçou ação de correr pelo lado certo (lado direito, a vez que o bovino foi para o lado certo, os dois competidores estava de lado do boi e não impediram a passagem*



do bovino pelo lado certo (lado direito), já quando o boi foi para o lado errado (lado esquerdo), partiu com velocidade e só foi alcançado pela dupla depois da metade da pista, quando a dupla passou pelo bovino e o boi girou 180º graus, os competidores o deixaram livre, o que lhes dar o direito ao retorno. Dessa forma, o julgamento proferido pelos juízes, tanto na pista quanto na alternativa foi iníquo (injusto), tendo em vista que os competidores não impediram a passagem do boi. Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi iníquo e em desacordo com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ”.

Com o intuito de garantir o contraditório e a ampla defesa, fora determinada a citação/intimação dos requeridos para apresentarem defesa no prazo de 10 dias.

Ambos os requerido, apesar de devidamente citados/intimados, não apresentaram defesa.

Mesmo sem apresentar defesa no prazo, o Requerido Cristóvão Jackson Pimenta Forte, encaminhou, via o Whats App da ABVAQ, um áudio alegando descumprimento, por parte da organização do evento, das regras contidas no RGV, inclusive colocando na comissão alternativa um juiz que não é credenciado pela associação. Destaca-se que, em momento algum, o citado requerido, mesmo fora do prazo, apresentou defesa em relação aos fatos que lhes foram imputados na denúncia.

Diante das alegações apresentadas pelo requerido Cristóvão Jackson, foi determinada a intimação do organizador do evento, Sr. Jackson Araújo da Costa, para se manifestar nos autos.

De forma tempestiva, o Sr. Jackson Araújo da Costa apresentou manifestação por escrito, encaminhada ao e-mail da ABVAQ, apresentando provas documentais.

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto par julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos e o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ elidem a necessidade de produção de novas provas.

No que pese a não apresentação das defesas pelos requeridos, esta Comissão reconhece a revelia deles, contudo, entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos.



Como não foram suscitadas questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

A presente lide versa sobre a interpretação que foi dada pelos requeridos, quando do julgamento do boi, a regra do retorno.

O Regulamento Geral de Vaquejada, no Parágrafo Segundo do art. 18, estabelece que ***"Após a faixa de tolerância e antes da primeira faixa de pontuação, qualquer mudança de direção do boi a partir de 180º será considerado retorno, devendo a dupla, imediatamente, deixar o boi livre."***

Já o parágrafo quarto, do citado art. 18, do RGV, estabelece que ***"caso a corrida do boi esteja vindo certa (boi no meio dos cavalos), do lado certo, os competidores não poderão tomar a frente do boi, sob pena de "0"."***

No mais, o Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, quando trata o retorno, estabelece na alínea "a" e no item "a.1", do art. 5º que:

"Art. 5º (...)

a) Para ter direito ao retorno de que trata o item 5 deste manual, **os competidores não podem:**

a.1 Tomar a frente do boi antes que o mesmo pare bruscamente (riscar), **salvo se o boi estiver no lado contrário.**

....."

(original sem grifos)

Não resta dúvida de que, em observância as normas supracitadas, para ser julgado zero a apresentação, faz-se necessário que os vaqueiros voluntariamente tomem a frente do boi, quando este estiver correndo pelo lado certo e em condições de apresentação.

No caso em tela, está comprovado através das imagens que o boi estava correndo pelo lado contrário, o que por se só já confere aos competidores o direito de buscar dar o retorno, além de que, podemos acrescentar que a carreira, por consequência, não vinha certa.



Dessa forma, o julgamento proferido pelo juiz de pista e a ratificação pela alternativa, estão totalmente em desacordo com as normas previstas no RGV e no MJB da ABVAQ.

No que pese as alegações do requerido Cristóvão Jackson Pimenta Forte, não merecem acolhimentos, uma vez que o citado requerido não se desincumbiu de apresentar qualquer prova. Além de que, o organizador do evento, Sr. Jackson Araújo da Costa, contestou cada um dos pontos levantados pelo requerido, inclusive juntando provas aos autos.

Em relação ao profissional que estava julgando na comissão alternativa, ficou comprovado nos autos que a organização do evento contratou o Sr. Elpídio Neto Araújo da Silva, credenciado junto a ABVAQ. Contudo, por questão de força maior, devidamente comprovado, o referido profissional teve que se ausentar as pressas, o que levou a organização do evento a chamar o segundo requerido para ocupar o lugar deixado as pressas de forma justificada pelo Sr. Elpídio.

Diferente do que afirmou o requerido Cristóvão Jackson, o segundo requerido só veio a funcionar com juiz da alternativa pelo motivo de força maior acima referido, e não contratado inicialmente pela organização do evento.

Por não ser credenciado junto à ABVAQ, não podemos exigir do Sr. João Leite o conhecimento profundo das regras de julgamento de boi previstas no RGV e no MJB da ABVAQ. Contudo, o primeiro requerido (Sr. Cristóvão), por força do art. 25 do RGV, tem o dever de conhecê-las e aplicá-las corretamente.

Assim, entendemos que o julgamento pelo juiz de pista e sua ratificação pelo juiz da alternativa, **estão em desacordo com as normas previstas no RGV e no MJB da ABVAQ.**

Diante do exposto, esta Comissão, a unanimidade, em razão do erro injustificado do requerido Cristóvão Jackson Pimenta Forte, julga procedente a denúncia em relação ao mesmo, aplicando a pena de reciclagem, nos termos do art. 36, item 2 do Regulamento Geral de Vaquejada. Fica estabelecido, desde já, que o requerido Cristóvão Jackson Pimenta Forte tem o prazo de até a data de 30 de setembro de 2022 para realizar o curso de reciclagem, caso não realize o curso no prazo estabelecido, fica suspensa a credencial até que realize a referida reciclagem.

Em relação ao segundo requerido (Sr. João Leite), também a unanimidade, esta Comissão, julga improcedente a denúncia, pelos fundamentos destacados nesta decisão.



Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral.

Após decisão do Presidente da ABVAQ, intimem-se as partes, encaminhando cópia deste decisão, bem como providenciem sua regular publicação no site da associação.

Remeta-se cópia, ainda à Coordenação Pedagógica e à Coordenação de Chancela da ABVAQ para que sejam tomadas as medidas necessárias ao fiel cumprimento desta decisão.

Transcorrido o prazo sem apresentação de recurso, archive-se!

João Pessoa/PB., 16 de agosto de 2022.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão